

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.613.116 - CE (2019/0328832-7)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : ANA NEYLE OLIMPIO HOLANDA**  
**ADVOGADOS : FAGUNDES LOURENÇO DE MELO - CE032545**  
**JOSE OSMAR CELESTINO JUNIOR - CE033490**  
**AGRAVADO : RAFAEL DE HOLANDA FILHO**  
**ADVOGADO : EMETERIO SILVA DE OLIVEIRA NETO - CE020186**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por ANA NEYLE OLIMPIO HOLANDA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, assim resumido:

AGRAVO REGIMENTAL - DECISÃO QUE MANTEVE LIMINAR CONCEDENDO REINTEGRAÇÃO DE POSSE - AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Mantida a decisão interlocutória (fls. 68/71) de minha lavra concedendo a liminar de reintegração de posse, face a presença robusta do requisito da fumaça do bom direito (fumus boni iuris) e do perigo da demora (periculum in mora.)

2. Agravo regimental não provido.

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 1.022, II, do CPC, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Registre-se que a ora RECORRENTE, em sede daqueles EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, deixou patente que não estava ali buscando a rediscussão da matéria da decisão embargada, muito pelo contrário buscava, sim, prequestionar a matéria ali arguida no sentido de complementar o v. Acórdão ora recorrido, como escopo de não inviabilizar o apelo especial.

[...].

Desta feita, a Corte Estadual, embora instada a se manifestar O expressamente acerca dos pontos destacados nos EMBARGOS DE DECLARAÇÃO em foco, manteve-se silente sobre tal manifestação, VIOLANDO Lr) frontalmente, o que preceitua o inciso II do art. 1.022 do CPC/2015. A Corte Estadual, ao não apreciar na plenitude, a matéria lhe devolvida pela insurgência ordinária, negou à ora RECORRENTE a completa prestação jurisdicional. Em isto ocorrendo o ônus processual que coube à RECORRENTE, a fim de preservar seu direito de buscar a instância especial, foi interposição de embargos declaratórios, ônus este do qual se desincumbiu. Entretanto, permanecendo o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará nas omissões, não pode a RECORRENTE ser penalizada pela negativa de jurisdição na instância a quo, nem O o por falta do

requisito recursal do prequestionamento na instância ad quem. (fls. 165/167).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 300, caput e § 3º, do CPC, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Ocorre que, concessa maxima venia, respeitosamente, é necessário ressaltar o fato de que o Acórdão em evidência deixou de identificar em que consiste o perigo na demora da concessão da providência liminar requerida pelo RECORRIDO, com a demolição de paredes em imóvel de propriedade da ora RECORRENTE.

[...].

No caso em liça, não se tem por presentes os requisitos exigidos para a concessão da medida liminar veiculada, e, como o pedido de demolição das paredes deixa de ser acautelatório e passa a atingir caráter antecipatório, e, para tanto não há prova de prejuízo ao RECORRIDO, inconsistente a concessão da liminar pretendida.

Data vista, respeitosamente, é necessário ressaltar que o Acórdão em evidência, também, deixou de observar a existência do relevante ônus suportado pela ora RECORRENTE, com a imposição da demolição das paredes, determinada na medida liminar exarada pelo Juízo de piso, em vista da sua notória irreversibilidade.

[...].

Há ainda que se ressaltar, data venia, respeitosamente, que a medida liminar, confirmada pelo Acórdão de primeira instância, carrega em si uma manifesta desproporcionalidade, vez que impôs, à ora RECORRENTE, efetivos gravames. (fls. 170/177).

É o relatório. Decido.

No que concerne à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF (“É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”), uma vez que a parte recorrente alega, genericamente, a existência de violação do art. 1.022 do CPC de 2015 (art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), sem, contudo, demonstrar especificamente quais os vícios do aresto vergastado e/ou a sua relevância para a solução da controvérsia.

Nesse sentido, este Superior Tribunal de Justiça já decidiu que “é deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegada ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022 do CPC/2015 se faz sem a demonstração objetiva dos pontos omitidos pelo acórdão recorrido, individualizando o erro, a obscuridade, a contradição ou a omissão supostamente ocorridos, bem como sua relevância para a solução da controvérsia

# Superior Tribunal de Justiça

apresentada nos autos. Incidência da Súmula 284/STF” (REsp n. 1.653.926/PR, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 26/9/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no REsp n. 1.664.349/MG, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 15/2/2019; AgInt no REsp n. 1.247.725/SC, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 8/2/2019; AgInt no REsp n. 1.157.185/MT, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 10/4/2018; AgInt no AREsp n. 510.571/PE, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 19/12/2016; EDcl no AgRg no REsp n. 1.108.053/RS, relator Ministro Reynaldo Soares Da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 12/8/2015.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, incide, por analogia, o óbice da Súmula n. 735/STF, pois, conforme a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, é inviável, em regra, a interposição de recurso especial que tenha por objeto o reexame do deferimento ou indeferimento de medida acautelatória ou antecipatória, tendo em vista sua natureza precária e provisória, cuja reversão é possível a qualquer momento pela instância *a quo*.

Nesse sentido: “A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que 'não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita a modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito’” (AgInt no AREsp n. 1.351.487/RS, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 17/12/2018).

Confira-se ainda o seguinte precedente: AgInt no AREsp n. 1.321.705/MS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 12/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente